



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJIFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Ano XV - Nº 37 - Fevereiro de 2007

Impresso
Especial

1000014910-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

O aquecimento
global é para valer
Págs. 5, 6 e 7

10 anos sem
Darcy Ribeiro
Págs. 12 e 13

Fiscalização aos planos
de saúde dos servidores
Págs. 08,09 e 10

Servidores
avaliam o PAC
Págs 16 e 17

O FUTURO ACABOU?



José Geraldo de Souza Junior
Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB,
coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Classificação Indicativa de Programas de Televisão

Ganhou força no início deste ano de 2007 o debate em torno do procedimento realizado pelo governo federal, nos termos da competência estabelecida no art. 21, XVI, da Constituição Federal, de exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e de televisão.

Este debate ganhou corpo com a edição de novas diretrizes para regular o assunto, delas sobressaindo a exigibilidade, no caso das TVs, de informar, por locutor e por símbolos, com repetição nos diversos blocos dos programas, qual a sua classificação para o horário: especialmente recomendado, livre, 10,

12, 14, 16 e 18 anos; e ainda, a condição de obrigatoriedade de exibição desses programas nos horários indicados, considerados os fusos horários.

A posição predominante, sobretudo dos mais importantes veículos, é no sentido de que a nova regulamentação oferece risco de censura e restringe a liberdade de criação. Outras emissoras, a MTV por exemplo, que apoiaram a iniciativa, chamaram a atenção para a responsabilidade dos meios de comunicação, nunca atendida pela salvaguarda de auto-regulamentação, de também acatarem a disposição constitucional a eles dirigida, de realizarem, na produção e programação de suas emissoras, os princípios elencados no seu artigo 221: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; e, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Mais contundente, o jornalista Alberto Diniz afirmou que "jornalistas mal informados e emissoras de TV de má-fé estão tentando confundir a opinião pública alegando que a

decisão do Ministério da Justiça de classificar a programação de TV equivale à implantação da censura".

Depois de uma série de matérias muito factuais e informativas, a Folha de São Paulo publicou editorial (Coerção Moral, Opinião, A2, 12/02/07), pondo em relevo o conteúdo regulatório lançado pelo governo federal para o assunto, defendendo que a classificação deve ser indicativa e não impositiva e sugerindo uma burocracia federal autônoma, nos moldes de uma agência reguladora, para o procedimento da classificação.

Seja qual for a direção que tome o debate e nele, neste momento terá intervenção o Supremo Tribunal Federal que examina uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) acerca de um de seus aspectos, é preciso ter em mente o lugar democrático que o procedimento e sua proposta regulatória, ocupam em nosso País.

Com efeito, num artigo também publicado na Folha de São Paulo, em defesa da classificação tal como proposta pelo Ministério da Justiça (Classificação Indicativa na Democracia, Ana Olmos, Guilherme Canela e Ricardo Moretzsohn, FSP, Tendências/Debates, A3, 9/2/07), os autores destacam o avanço

comparativo da proposta em relação à experiência internacional e resgatam a construção transparente, envolvendo as diversas partes interessadas, para afinal defenderem a sua pertinência em face dos valores constitucionais que o instituto quer preservar, notadamente, os direitos humanos.

E, em homenagem às vozes sinceras preocupadas com uma volta à censura e que, por isso, devem ser ouvidas, é bom salientar que a classificação é indicativa porque, em última análise, voltada para a preservação de valores, deixa à família a livre decisão de orientar as opções de seus filhos, uma vez que é para as crianças e adolescentes que ela é exercida.

Punir as emissoras por desatender o horário classificado (multa ou suspensão de programa), já não é incumbência do governo (MJ ou qualquer agência reguladora), mas uma competência da autoridade judiciária, por força do art. 254, do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente ("Transmitir, por meio de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação"), uma lei cujo processo de elaboração e conteúdo são reconhecidamente democráticos.

O MUNDO FERVE



Sol. Sun. Soleil. Sole. Sonne. Zon. Seja qual for a língua, ele, o sol, brilha soberano. A estação não muda. É verão o tempo todo. Metade da Groenlândia virou mar. Parte da Antártida se perdeu e com ela, uma legião de pingüins e leões marinhos. O mar tem seis metros a mais do que se acostumou a ver naqueles velhos Atlas em nossas aulas de geografia. A Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro; a Vila Belmiro, em Santos; a praia da Boa Viagem, em Recife e a Ponte dos Ingleses, em Fortaleza, estão debaixo d'água como Atlântida, a cidade perdida. Se houvesse um termômetro que medisse a temperatura média do mundo, o mercúrio indicaria 18°C. Termômetro? É um mundo febril. É um mundo doente. É um mundo em extinção.

Este cenário não pertence à última produção hollywoodiana de Spielberg ou George Lucas. Mas é o que aconteceu há 125 mil anos com o planeta Terra. Mas não pense o leitor que esse cenário está condenado ao passado. Isso e muito mais é o que está previsto para acontecer no final deste século. Isso mesmo, a Terra, depois de muitas translações e rotações, tende a terminar o século 21 com uma temperatura igual ou maior que 18°C. Hoje ela já está em 14,5°C. Estava em 13,78°C, em 1905. A situação é tão crítica que se não fosse despejado mais nenhuma gota de gás carbônico nos céus, a temperatura ainda subiria 0,1°C a cada dez anos. No momento em que você estiver lendo essa matéria pode ter a certeza de que a concentração de gases que causam efeito estufa é a maior em 650 anos. 650 anos? Mas o que acontecia no mundo em 1357? Neste ano, morria Dom Afonso IV, rei de Portugal. Com a morte do pai, Dom Pedro (um Dom Pedro anterior aquele que proclamou a independência brasileira) sobe ao trono e manda executar os assassinos de Inês de Castro.

Mas o aumento em um ou dois graus na temperatura média do mundo pode ser mais trágico do que o assassinato de Inês de Castro? Uma variação de um grau para mais ou para menos é o suficiente para acabar com o equilíbrio da terra e provocar catástrofes sem tamanho, como as descritas no primeiro parágrafo deste texto. E isso não é bravata de ambientalista, é documento científico.

Dia 2 de fevereiro, dia de Iemanjá, a rainha das águas. Pode parecer coincidência, mas muita água rolou nesse dia em que o mundo se uniu em torno de um sentimento — medo. Reis, presidentes, economistas, deputados, sheiks, cientistas, gueixas, estudantes, muçulmanos, (...), e trabalhadores do Judiciário e do MPU tiveram seus medos convergidos em uma só ameaça. E a ameaça agora não é nuclear,

nazista ou terrorista. A bola da vez é o aquecimento global. E quem soou as trombetas não foi um anjo qualquer, mas 2.500 cientistas.

A situação do planeta foi diagnosticada pelo IPCC, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, criado pela ONU, em 1988. O comitê reúne 2.500 dos principais pesquisadores de mudanças climáticas de 153 países. Esse painel divulgou seu quarto relatório, um documento que não deixa nada a desejar ao livro do apocalipse.

Segurem-se em suas cadeiras. Prendam a respiração. Vamos dar um salto no futuro. Estamos agora em 2040. O mundo de hoje vive as consequências de furacões como o Katrina, que são tão comuns como uma chuva de verão. E por falar em chuva, o planeta vive o drama de fortíssimas trombas d'água, de ver o inverno se tornando lembrança e de ganhar quilômetros e quilômetros de deserto a cada novo dia. Não se assuste, mas metade das espécies da fauna e da flora do planeta está em extinção. Mas isso não é tudo. É preciso ir mais longe. Controle a adrenalina, pois vamos para 2080. Agora, quase um bilhão e meio de pessoas passam fome em decorrência do clima. Há uma guerra nuclear para conquistar água doce. Exércitos ocupam rios, lagos, lençóis subterrâneos. O mundo que passou pela guerra fria enfrenta agora a guerra seca. Já no domínio de Poseidon, o deus grego dos mares, ressacas tragaram 7 milhões de casas, deixando 170 milhões de pessoas desabrigadas.

Essas são só algumas consequências do que o aumento da temperatura pode causar. O documento deve servir de parâmetro para os líderes mundiais combaterem o aquecimento global. "Espero que este relatório deixe as pessoas chocadas e leve os governos a agirem com mais seriedade", afirmou o presidente do IPCC, Rajendra Pachauri. O relatório anterior, de 1995, serviu de base para a elaboração do Protocolo de

Kyoto, lançado em 1997. O texto integral do quarto relatório, Mudanças Climáticas 2007, tem 900 páginas e será divulgado em trechos até novembro deste ano.

Mesmo que esse relatório vire uma espécie de best-seller, que todos façam a sua parte, ainda não temos dimensão dos prejuízos já irreversíveis ao planeta. E sabemos que fábricas não deixarão de ser construídas; e sabemos que ainda existem muitos Bushs por aí; e sabemos que o desmatamento na Amazônia não vai se estancar. Sendo assim, quanto valerá uma lembrança de neve? Será que os bonecos de neve ficarão restritos às histórias de natal? Como será bom recordar das noites de frio com chocolate quente... Será que os nossos netos saberão o gosto de um chocolate quente? E por falar em netos, como será ouvi-los nos condenando sobre a extinção dos ursos polares? Pensamentos duros para uma realidade mais dura ainda.

A CAMINHO DA POBREZA

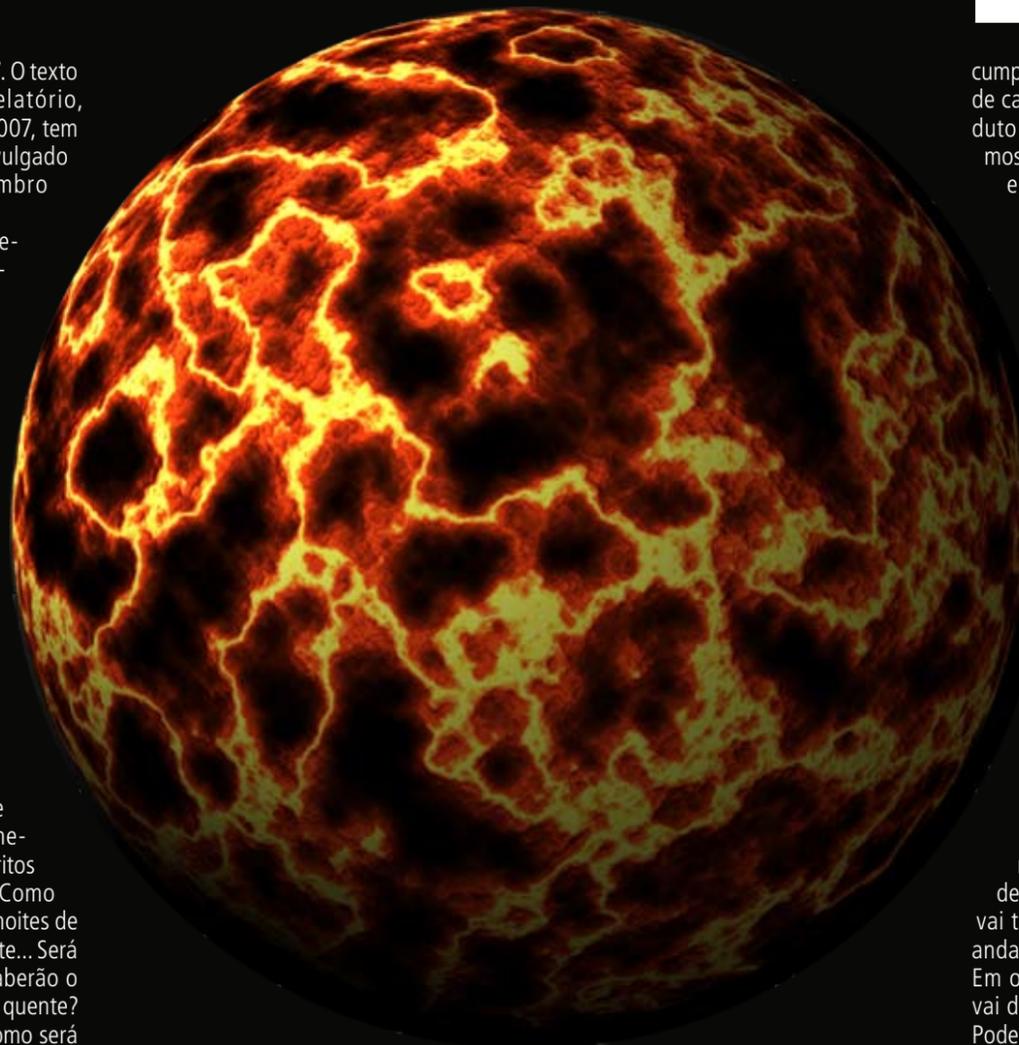
Se não bastasse os danos à saúde do planeta, há também os efeitos nocivos ao bolso. Alguns dias depois do quarto relatório do IPCC, é divulgado, em Londres, o relatório sobre o impacto econômico do aquecimento global. O documento foi escrito por Nicholas Stern, um renomado economista, que já integrou o alto-escalão do Banco Mundial.

Em sintonia com o relatório do IPCC, o panorama não é nada otimista. Para Stern, "as nossas ações nas próximas décadas podem causar danos imensos à atividade econômica e social, neste século e no próximo, com efeito similar ao que tiveram as

grandes guerras e a depressão econômica na primeira metade do século 20".

Mas o que fazer? Estamos diante daquele famoso dilema de um biscoito famoso. O biscoito vende mais porque é fresquinho ou é fresquinho porque vende mais. Gastar grandes somas de dinheiro agora para reduzir as emissões de carbono vai causar enormes dividendos para um mundo capitalista. Por outro lado, seria completamente irracional não gastar esse dinheiro já.

Independentemente de qual for a resposta, o relatório acende uma luz vermelha diante das nossas vistas. Estamos atrasados para evitar todas as consequências do problema. E para variar, mais uma vez, a corda irá arrebentar do



lado dos mais fracos, digo, dos mais pobres. As perspectivas do relatório são mais sombrias para a África e para os países em desenvolvimento.

EU QUERO UM MUNDO 1% MAIS POBRE

Esse inter-título pode parecer uma loucura, mas é a campanha que o relatório nos obriga a fazer. Stern acredita que é viável ter como meta uma estabilização dos níveis das emissões de carbono na atmosfera entre 500 a 550 ppm (sigla de partes por milhão, medida de concentração de gases) de dióxido de carbono por volta do ano de 2050. Esse valor é equivalente ao dobro da era pré-industrial e é comparável aos 430 ppm existentes hoje.

Parece pouco, mas para

cumprir essa meta, as emissões de carbono por unidade de produto interno bruto (PIB) na atmosfera precisam ser cortadas em 75%. Além de diminuir a dependência de carbono que o setor energético ainda tem em cerca de 60% a 70%, será necessário interromper o processo de desflorestamento, que responde por 18% das emissões totais — mais do que todas as emissões de transporte. Transporte? Pois é, esse setor também vai ser obrigado a sofrer cortes profundos.

Mas quanto vai custar isso. Segundo o relatório, esse custo deve chegar a 1% do PIB global até o ano de 2050. O mundo não vai ficar 1% mais pobre de um dia para o outro, mas vai ter seu crescimento global andando a passos mais lentos. Em outras palavras, o mundo vai desacelerar um pouquinho. Pode parecer insignificante, mas para um piloto de Fórmula-1, que está a 300 km/h, perder a aceleração em 1% pode custar a vitória. Mas, segundo o relatório, é melhor chegar em segundo ou em terceiro lugar, mas chegar.

Se nada for feito para se combater a mudança de clima, a redução de consumo por pessoa pode chegar a 20%. Resumindo, todas as pessoas do mundo teriam 1/5 a menos do que teriam tido sem a questão climática.

O slogan de Stern é o seguinte: gaste 1% do PIB mundial hoje para ser 20% mais rico no futuro. Resta apenas um probleminha. Fazer com que os governos do mundo compreendam isso e atuem em uma ação coordenada. Mas será que eles vão fazer isso? A resposta poderá consolidar a conclusão do relatório do IPCC, que já tem 95% de certeza de que o homem é o grande culpado por tudo isso.

ACOMPANHE PASSO A PASSO AS CONSEQUÊNCIAS DO AUMENTO DA TEMPERATURA.

Elevação da temperatura em 1°C

- * Encolhimento das geleiras ameaça o suprimento de água para 50 milhões de pessoas
- * Ao menos 300 mil pessoas morrem a cada ano devido à malária, à desnutrição e a outras doenças relacionadas com as alterações climáticas
- * Morte de 80% dos recifes de coral, em especial a Grande Barreira de Corais

Elevação da temperatura em 2°C

- * Queda de 5 a 10% na produção de cereais na África tropical
- * 40 milhões a 60 milhões de pessoas a mais expostas à malária na África
- * Até 10 milhões de pessoas a mais expostas a enchentes nas regiões costeiras
- * Entre 15% e 40% das espécies de seres vivos vêm-se ameaçadas de extinção (segundo uma estimativa)
- * Grande risco de extinção das espécies presentes no Ártico, em especial dos ursos polares
- * Possibilidade de que a camada de gelo da Groenlândia comece a derreter de forma irreversível, o que faria com que o nível dos oceanos se elevasse em 7 metros

Elevação da temperatura em 3°C

- * No sul da Europa, períodos de seca pronunciada a cada dez anos
- * Entre 1 bilhão e 4 bilhões de pessoas a mais enfrentando períodos de falta de água
- * Entre 150 milhões a 550 milhões de pessoas a mais expostas à ameaça da fome
- * Entre 1 milhão e 3 milhões de pessoas a mais morrem de desnutrição
- * Início do colapso da floresta Amazônica (segundo alguns modelos de previsão)
- * Elevação do risco de colapso da Camada de Gelo da Antártida Ocidental
- * Elevação do risco de colapso do Sistema do Atlântico de águas quentes
- * Elevação do risco de mudanças abruptas no mecanismo das monções

Elevação da temperatura em 4°C

- * Safras de produtos agrícolas diminuem entre 15% e 35% na África
- * Até 80 milhões de pessoas a mais expostas à malária na África
- * Desaparecimento de cerca de metade da tundra ártica

Elevação da temperatura em 5°C

- * Provável desaparecimento de grandes geleiras no Himalaia, prejudicando um quarto da população da China e uma grande parte dos moradores da Índia
- * Crescente intensificação da atividade oceânica, prejudicando seriamente os ecossistemas marinhos e, provavelmente, as populações de peixe
- * Elevação do nível dos oceanos ameaça as pequenas ilhas, as áreas costeiras como o Estado da Flórida e grandes cidades como Nova York, Londres, Tóquio e Rio de Janeiro.

Planos de Saúde: dor de cabeça constante para os servidores

Os servidores públicos, ao longo dos anos, vêm perdendo a qualidade da assistência médica a que sempre tiveram direito.

Em primeiro lugar, pela falência do sistema de saúde pública como um todo, o que encarece cada vez mais os serviços privados do segmento, totalmente livres de qualquer intervenção pública, uma vez que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), criada para defender os interesses públicos nessa relação, não faz a sua parte e, ao contrário do que deveria acontecer, vários planos descumprem a lei.

A ANS deixa claro que já aplicou muitas multas junto a estas empresas e, também, que tem publicado várias resoluções para melhorar o padrão de qualidade dos planos, conforme informou sua assessoria. Mas, em termos práticos, a agência deixa muitas brechas na sua atuação e pouco se mete na relação contratual entre operadoras e clientes, já que muitos contratos têm sido rescindidos pelas operadoras quando bem entendem.

O que é um erro grave, pois a regulamentação, controle e fiscalização das atividades vinculadas à saúde, exercidas em lei, mesmo quando os contratos são efetuados com pessoas jurídicas de direito privado, que terceirizam a assistência mediante pagamento, refletem a preocupação maior do Estado com direito social previsto na Constituição. E atitudes como a suspensão ou rescisão unilateral de um contrato são legalmente vedadas, uma vez que a assistência à saúde ultrapassa as matérias submetidas apenas a caráter privado e negocial, reivindicando do Estado proteção especial.

A situação dos servidores é crítica, também, porque a cada ano a União tem reduzido o valor dos recursos para o atendimento à saúde para os órgãos públicos chegando a uma situação que, enquanto décadas atrás o próprio Governo bancava integralmente estes serviços, agora subsidia

apenas uma parte dos planos de saúde.

Diante desse quadro, o Sindjus trabalha no sentido de evitar a majoração exagerada dos valores a serem pagos pelos servidores do Judiciário e do MPU, para fazer com que tenham um tratamento mais justo na hora de cuidar da saúde. E pretende estender a fiscalização para todos os tribunais e órgãos do Ministério Público.

“Os tribunais têm tido um aumento da dotação orçamentária, só que a verba para a saúde continua a mesma. Assim, não são levados em consideração o incremento anual do número de servidores nem o envelhecimento da população, fatores que provocam impacto direto no custo dos planos de saúde. Para equacionar isso, os tribunais procuram aumentar cada vez mais a participação dos servidores no pagamento de tais planos”, afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, ao avaliar a situação.

Embora em muitos locais de trabalho – como no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

(TJDF) - os sistemas sejam elogiados - o assunto volta à tona devido à discussão de mudanças recentes em três tribunais específicos.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) não renovou o contrato com a Golden Cross e está abrindo um plano de auto gestão, em parceria com a Cassi. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encontra-se em pleno momento de mudanças no plano que, lá, é oferecido pela operadora Amil. Por fim, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª região, quis, no final do ano passado, reajustar o valor pago pelos servidores pelo seu plano, o TRT Saúde 10 - de auto gestão.

No caso do TRT, o assunto foi discutido durante reunião do conselho de saúde do próprio tribunal que avalia as contas e a situação atuarial do seu plano de auto-gestão - realizada em dezembro passado.

Durante o encontro, o coordenador-geral do Sindjus, entrevistou e afirmou que haveria nova injeção de recursos no plano de saúde do tribunal com o PCS. Com isso, foi aprovada a decisão de se realizar estudo para checar a situação financeira do plano

antes de vir a ser adotado qualquer aumento.

E a avaliação final mostrou que os atuais valores podem ser mantidos, conforme confirmou o diretor do Serviço de Assistência ao Pessoal do TRT, Sílvio Marcus Antunes.

INCÔMODO

No caso do TST são dois os problemas. Em primeiro lugar, pela situação de instabilidade em relação aos servidores que já estavam acostumados com a antiga operadora. Em segundo lugar, devido aos altos valores a serem cobrados pelo novo plano. O Sindjus já estuda alternativas para propor à administração, com o objetivo de evitar que os servidores sejam onerados ainda mais.

Conforme a diretora do Serviço de Benefícios do tribunal, Lilian Pinheiro Dantas, o novo sistema é resultado de estudos detalhados realizados durante quatro anos.

“Quem, como eu, tem pais idosos com anos de carência na Golden Cross, terá dificuldades ao mudar de plano, principalmente pelo fato de se tratar de um atendimento de tanto tempo”, afirmou a técnica Aline Fernandes.

REAJUSTE

No TSE, a Amil pediu, em setembro passado, um reajuste de 58,34% - que não foi concedido por parte do tribunal.

Para o diretor-superintendente da Amil no DF, Moarcir Zanata, o aumento proposto decorreu do fato do plano do TSE ser anterior à lei que regulamenta os planos de saúde. Motivo pelo qual, de acordo com ele, o plano precisava ser readaptado.

A assistência à saúde ultrapassa as matérias submetidas apenas a caráter privado e negocial, reivindicando do Estado proteção especial.

O Sindjus tem trabalhado no sentido de evitar a majoração exagerada dos valores a serem pagos pelos servidores do Judiciário e do MPU.

Uma das justificativas da Amil para pedir o reajuste foi a existência de excessos na utilização dos serviços – a operadora teria argumentado que encontrou casos de mesmo usuário fazer seis exames semelhantes num único mês em locais diferentes.

Como consequência desse pedido de reajuste, a administração do TSE realizou varias modificações, passando a incluir, entre outras coisas, o

sistema de co-participação dos servidores nas consultas e procedimentos médicos – mudanças estas que o Sindjus tenta suspender temporariamente, enquanto são realizados estudos sobre a situação.

Segundo a secretária de Gestão de Pessoas do tribunal, Cátia Pereira Bessa, com esse novo sistema proposto, pelo tribunal, os servidores teriam de pagar 10% do valor dos exames laboratoriais e 20% do valor das consultas eletivas a serem realizadas – dinheiro que seria descontado em folha salarial. Outra novidade ocorre em relação aos dependentes especiais, que passam a ser apenas cônjuges, pais e filhos.

No último dia 14, os servidores e o Sindjus foram convocados pela administração para uma reunião sobre o assunto. Policarpo destacou, em sua intervenção, o fato do TSE promover mudanças sem ouvir os servidores que também contribuem para o pagamento do plano e como

parte que deveria ser consultada sobre qualquer alteração no contrato.

CAMPANHA

O coordenador-geral do Sindjus propôs, então, a suspensão da cobrança da co-participação e o desenvolvimento de uma campanha educativa para reduzir os excessos de utilização.

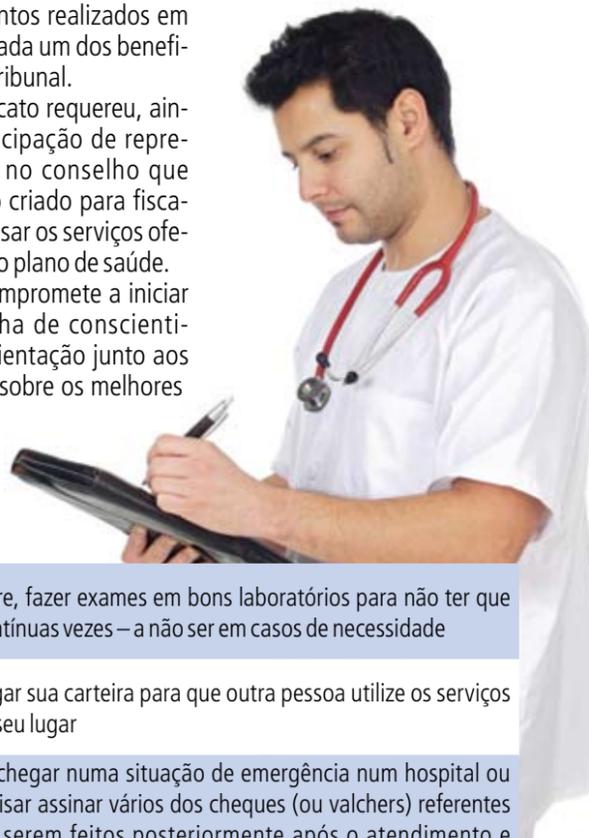
Também pediu ao TSE que obrigue a empresa Amil a cumprir o que dispõe o contrato e a enviar relatórios mensais com a situação financeira do plano, bem como a quantidade de consultas e procedimentos realizados em relação a cada um dos beneficiários no tribunal.

O sindicato requereu, ainda, a participação de representantes no conselho que está sendo criado para fiscalizar e analisar os serviços oferecidos pelo plano de saúde.

E se compromete a iniciar a campanha de conscientização e orientação junto aos servidores sobre os melhores

procedimentos a serem adotados durante a utilização do seu plano de saúde, como forma de evitar quaisquer problemas que possam vir a prejudicar os usuários.

De um lado, o Sindjus se propõe a trabalhar muito em relação a essa questão. Mas os servidores precisam, desde já, contribuir com esse trabalho, procurando também fazer a sua parte e tentando agir, sempre, conforme as regras estabelecidas (veja mais informações na tabela abaixo).



CUIDADOS QUE SE DEVE TER PARA AJUDAR A INIBIR AUMENTOS NO PLANO DE SAÚDE

Procurar uma boa rede Médica, Hospitalar e Laborial	Tentar, sempre, fazer exames em bons laboratórios para não ter que repeti-los contínuas vezes – a não ser em casos de necessidade
Manter o cartão intransferível	Nunca entregar sua carteira para que outra pessoa utilize os serviços do plano em seu lugar
Pedir a devolução de cheques ou valchers não utilizados	Sempre que chegar numa situação de emergência num hospital ou clínica e precisar assinar vários dos cheques (ou valchers) referentes a serviços a serem feitos posteriormente após o atendimento e constatar que não os realizou, voltar na recepção e cancelar estes cheques
Exigir extrato mensal da operadora	Exigir o recebimento mensal de um extrato com todas as consultas e exames que você realizou e cobrar do plano de saúde sempre que este documento vier com erros.
Ser fiscal de si mesmo e dos colegas	É importante lembrar que tais atitudes podem contribuir de forma significativa para evitar possíveis aumentos ou argumentos de impacto nos serviços oferecidos pelas operadoras de planos de saúde.

Novas investidas dos bancos contra os servidores



O ano de 2006 ficou marcado por uma vitória histórica do consumidor contra as instituições financeiras. Depois de um julgamento que durou quatro anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC) continuam valendo nas disputas judiciais entre bancos e clientes. Mas, poucos dias antes da virada do ano, o consumidor voltou a sentir o poder dos banqueiros: o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu adiar até 2012 a entrada em vigor da chamada conta-salário, que proíbe os bancos de cobrar qualquer tipo de taxa sobre as contas em que os trabalhadores recebem seus vencimentos, para os servidores públicos.

Pressionado pela Febraban e pelos governadores tucanos José Serra (SP), Aécio Neves (MG) e o petista Jaques Wagner (BA), entre outros, o Conselho Monetário Nacional (CMN) cedeu e adiou a exigência de instituição da conta-salário, que deveria garantir ao trabalhador o acesso ao salário sem ter que pagar por isso.

Prevista desde 1996, a conta-salário dependia, na prática, da vontade dos bancos. Por isso mesmo, não era implementada. Em 06 de setembro de 2006, o Conselho Monetário aprovou resolução (3402) instituindo a obrigatoriedade a partir de janeiro de 2007.

Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), as novas regras podem trazer benefícios aos consumidores, já que estimulam a concorrência entre os bancos e, em consequência, possíveis reduções nas taxas e juros, além da portabilidade dos créditos. A medida contemplaria, ainda, a liberdade de escolha do fornecedor, um dos direitos básicos do consumidor resguardados pelo Código de Defesa do Consumidor.

“Não bastasse a prorrogação para a implantação da gratuidade da conta-salário - uma simples questão de justiça para quem é obrigado a abrir conta (ser consumidor) em um banco que não é o da sua escolha/preferência -, a tal da portabilidade do crédito é outra “promessa” que o governo não consegue cumprir. Está na hora do presidente Lula, que já disse que nunca os bancos ganharam tanto dinheiro como em seu governo, tomar atitudes realmente corajosas frente aos bancos, em defesa dos interesses da grande maioria do seu eleitorado”, afirma Marcos Diegues, gerente jurídico do Idec.

SERVIDORES PÚBLICOS

Para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o adiamento visa permitir que os governos façam leilões de suas folhas de pagamento para conseguir dinheiro extra para seus respectivos Tesouros. “É uma receita

primária que vai ajudar Estados e municípios a resolver alguns de seus problemas e permite também fazer investimentos. Além disso, vai evitar pressões para o Tesouro Nacional abrir seu cofre.

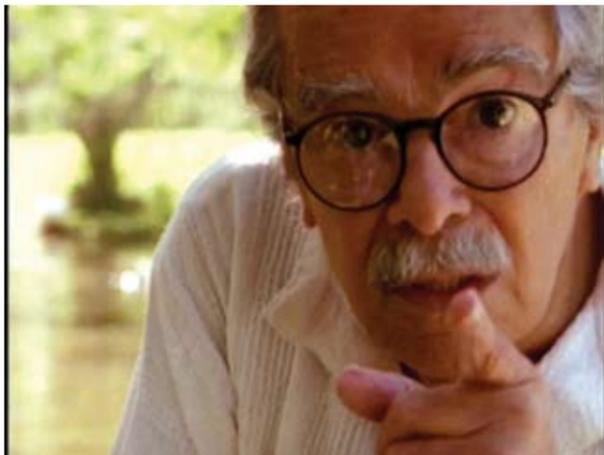
O presidente do BC explicou que, apesar do adiamento, as contas correntes de servidores públicos terão que obedecer alguns critérios mínimos semelhantes aos da conta-salário. “Será vedada a cobrança de tarifas para transferência bancária, para transferência para outras instituições, para realização de saques e também para o fornecimento de cartão”, disse Meirelles. Ele afirmou ainda que a medida também vale para o serviço público da União.

O QUE É A CONTA SALÁRIO

É um tipo especial de conta

de depósito à vista destinada a receber salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares. Não é movimentável por cheques e é isenta da cobrança de tarifas. O instrumento contratual é firmado entre a instituição financeira e a entidade pagadora. Não está sujeita aos regulamentos aplicáveis às demais contas de depósitos.

A conta-salário é aberta pela empresa e serve apenas para o empregado receber o salário, sem cobrança de tarifa de nenhuma espécie. O dinheiro pode ser sacado com um cartão magnético ou transferido - por meio de DOC ou transferência eletrônica - para uma outra conta, de sua livre escolha em qualquer banco ou agência. Nesse último caso, não há incidência de CPMF, como já ocorre hoje com contas de mesma titularidade.



Darcy Ribeiro – 10 anos sem o explicador do Brasil

Parece que a tarefa de pensar o Brasil está em desuso pelo imediatismo das relações entre arte e mercado, poder pessoal e partido histórico, serviço público e promiscuidade corporativa. Darcy Ribeiro, morto em 17 de fevereiro de 1997, mantém pela sua obra, a tradução estética e cultural das matrizes fundadoras do povo brasileiro e seu longo percurso de paixão, mestiçagem e luta por autonomia no panorama globalizador do mundo.

Darcy Ribeiro, etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta e romancista, nasceu em 26 de outubro de 1922, em Montes Claros (MG). Da sua longa trajetória como pensador e cientista de campo é possível destacar alguns “fazeres” com imensa injustiça por deixarmos outros de fora. “Fazeres” era como gostava de classificar sua metralhadora giratória não só pelo discurso ágil como a pluralidade de frentes de luta que abria. Na proporção direta das polêmicas assumidas surgiam inimigos de vários calibres. Todos perdiam no quesito principal dominado por Darcy: no brilho da inteligência, na linguagem coloquial e ao mesmo tempo informada de um artista cientista e na paixão que devotava às causas públicas. Incomum nos argumentos e radical no pleno sentido da palavra ao “tomar as coisas pela raiz”. Foi primoroso, bravo e constante seu trabalho pela valorização das matrizes do povo brasileiro (índios, brancos, negros, imigrações) embasando, com dados históricos e fundamentos aceitos no mundo acadêmico, a celebração permanente da civilização mestiça e cabocla dos brasis. “Fracassei em tudo

o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu”, escreveu Darcy no melhor do seu estilo irônico e sagaz.

Evidente que os românticos e guerreiros da utopia tendem a criar uma vasta “parada de fracassos” enquanto a sociedade consagra a mediocridade que “vence” – mesmo a qualquer custo e métodos escusos. Darcy confiava no longo prazo da sua sementeira. O que parecia “vago, delirante, impossível de ser realizado, poético demais”, hoje, se apresenta como arauto do que há de mais contemporâneo para um planeta em colapso e uma sociedade lacerada e um Estado em crise de valores.

Se citarmos apenas a criação do Parque Nacional do Xingu e sua vasta obra fruto de convivência na carne, de campo, com nações indígenas, Darcy já estaria legitimado e ungido como herói nacional. Porém há o que acrescentar

a sua missionária investida pela Educação junto a Anísio Teixeira por uma escola pública de qualidade, a criação da Universidade de Brasília e a corajosa investida no conceito de educação integral tentada nos CIEPs da administração Brizola, no Rio. Em vários países da América Latina, conduziu programas de reforma universitária, com base nas idéias que defendeu em A Universidade Necessária. Professor de Antropologia da Universidade Oriental do Uruguai; foi assessor do presidente Salvador Allende, no Chile, e de Velasco Alvarado, no Peru. Escreveu nesse período os cinco volumes de seus estudos de Antropologia da Civilização (O processo civilizatório, As Américas e a civilização, O dilema da América Latina, Os brasileiros - 1. Teoria do Brasil e Os índios e a civilização), nos quais propõe uma teoria explicativa das causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.

No exílio, escreveu dois romances: Maíra e O mulo, aos quais acrescentou, mais tarde, Utopia Selvagem e Migo. Publicou Aos trancos e Barrancos, que é um balanço crítico e cronológico com graça, ironia

e humor da história brasileira de 1900 a 1980. Na coletânea de ensaios insólitos publicou Sobre o Óbvio e um confessional em Testemunho. Com Berta G. Ribeiro editou a Suma etnológica brasileira. Publicou pela Biblioteca Ayacucho, em espanhol, e pela Editora Vozes, em português, A fundação do Brasil, um compêndio de textos históricos dos séculos XVI e XVII, comentados por Carlos Moreira e precedidos de longo ensaio analítico sobre os primórdios do Brasil. Em 1976, retornou ao Brasil, sendo anistiado em 1980. Voltou a dedicar-se à educação e à política. Participando do PDT com Leonel Brizola, foi eleito vice-governador do Estado do Rio de Janeiro (1982).

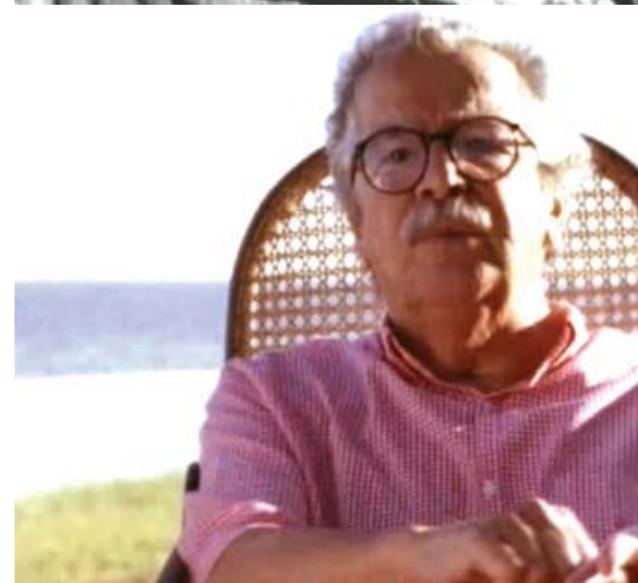
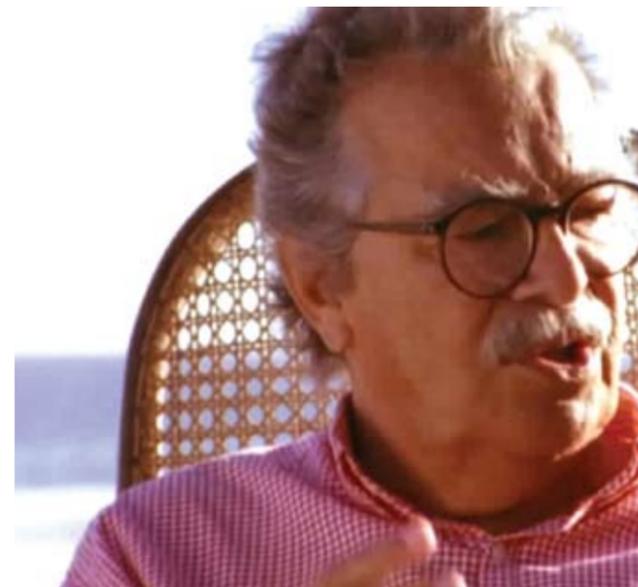
PENSARES CABOCLOS

No último discurso do senador Darcy Ribeiro no plenário do Senado, dia 5 de dezembro, ele inicia comovendo a platéia logo na abertura: “O Hino Nacional me dá ânsia de choro. Não sentia isso antes. Por quê? Os anos de exílio sem ouvi-lo? Não sei. Doença? O certo é que me comove mais do que devia. Dá vontade de pegar uma espada e sair pronto para brigar, mas me ponho a chorar”. (Pal-

mas.) E nesse tom foi alinhado as forças e conquistas de Jango (a solenidade era pelos 20 anos do governo Goulart, quando Darcy ocupou o cargo de Chefe da Casa Civil). Da vida pessoal, eterna e ternamente apaixonado pelas mulheres chegou a citar em seu testamento que não deixava nada para os homens, “porque homem, fede”. Em seu incansável e articulado combate pela “invenção do Brasil” merece destaque alguns trechos de O Brasil como Problema, de 1995:

“Ao longo dos séculos, viemos atribuindo o atraso do Brasil e a penúria dos brasileiros a falsas causas naturais e históricas, umas e outras imutáveis”. Entre elas, fala-se dos inconvenientes do clima tropical, ignorando-se suas evidentes vantagens. Acusa-se, também, a mestiçagem, desconhecendo que somos um povo feito do caldeamento de índios com negros e brancos, e que nos mestiços constituímos o cerne melhor de nosso povo (...) De fato, o único fator causal inegável de nosso atraso é o caráter das classes dominantes brasileiras, que se escondem atrás desse discurso. Não há como negar que a culpa do atraso nos cabe é a nós, os ricos, os brancos, os educados, que impusemos, desde sempre, ao Brasil, a hegemonia de uma elite retrógrada, que só atua em seu próprio benefício.

O que temos sido, historicamente, é um proletariado externo do mercado internacional. O Brasil jamais existiu para si mesmo, no sentido de produzir o que atenda aos requisitos de sobrevivência e prosperidade de seu povo. Existimos é para servir a reclamos alheios. Por isso mesmo, o Brasil sempre foi, ainda é, um moinho de gastar gentes.



Cenas do DVD Viva o Povo Brasileiro, direção Isa Grinspum, co-produzido pelo GNT, TV Cultura e Fundar (www.fundar.org.br)

Construímo-nos queimando milhões de índios. Depois, queimamos milhões de negros. Atualmente, estamos queimando, desgastando milhões de mestiços brasileiros, na produção não do que eles consomem, mas do que dá lucro às classes empresariais

O mercado internacional, que nos viabiliza no plano econômico, é a peia que nos ata ao cativo e à pobreza. É necessário que seja assim? Por que outros povos que, no passado, foram mais pobres e menos ilustrados, como é o caso dos Estados Unidos, nos passaram à frente? Qual é a causa real de nosso atraso e pobreza? Quem implantou esse sistema perverso e pervertido de gastar gente para produzir lucros e riquezas de uns poucos e pobreza de quase todos?'

Esta fúria incontrolável de viver foi absorvida por Darcy pelas lições de vida recebidas do comprometimento e encanto com os modos de conviver dos índios quando ele exaltava a doçura nas relações, a sofisticada “humanidade indígena” fora do padrão reconhecido como civilização ocidental e mesmo oriental: “quer algo mais sofisticado que uma sociedade auto-suficiente, capaz de produzir o que precisa e ser feliz tendo como única meta na vida a própria vida?!” Um exemplo para nós que nos entupimos de coisas desnecessárias e somos dependentes de realidades apartadas do nosso espírito. Sem falar na avareza para se entregar ao próximo, amar e perceber que não há distância entre sonho e prazer, imaginário e luta: “Mais vale errar se arrebatando do que poupar-se para nada”, cantava Darcy às gargalhadas em deboche aos metódicos controladores do fluxo natural.

Congresso 2007: Progresso ou Regresso?

Manhã do dia primeiro de fevereiro de 2007. Filas e mais filas para conseguir entrar no Congresso Nacional. Segurança rígida. Trajes de gala. Até mesmo os trabalhadores da casa, capricharam no visual. Faltam vagas para os carros. Os estacionamento, mais do que os outros dias, ficam pequenos. No interior da Câmara, um vai e vem sem fim pelos corredores. Fila de táxis. Uma mistura de sotaques. De perfumes. De pensamentos. O Plenário da Câmara e do Senado lotado por parlamentares. Faltam cadeiras.

Terno creme, colete, bengala, chapéu panamá. O deputado Clodovil Hernandez, ex-figurinista, apresentador de tv, eleito deputado federal por São Paulo pelo pequeno PTC, com mais de 400 mil votos, vestiu-se "como se fosse a um casamento".

O ex-presidente Fernando Collor, de cabelo tingido, volta ao poder 14 anos depois de cassado, dizendo que aprendeu com o sofrimento. De um lado, o visual high-tech de Supla, filho do senador Eduardo Suplicy, de outro, o visual coronelístico do ex-senador Ney Maranhão, trajando terno branco e sandálias de couro.

Um a um, senadores e deputados, em suas respectivas casas, fazem o juramento

coletivo solene prometendo defender e cumprir a Constituição e promover o bem do povo brasileiro. No Plenário da Câmara, Antonio Palloci, José Genoíno, Paulo Maluf, Aldo Rebelo, Michel Temer, João Paulo Cunha, Paulo Renato, Ricardo Berzoini...

Mas o que era esse cenário? Votação de uma nova Constituição? Votação ordinária, extraordinária, judiciária? Não... Apenas, a posse dos novos deputados e senadores para a nova legislatura.

Embora com muitos rostos conhecidos, essa é uma Câmara que bateu o recorde de renovação.

Por ironia do regimento interno, a posse dos novos deputados e alguns não tão novos assim foi comandada por um dos parlamentares mais antigos da Casa, Simão Sessim do PP carioca, no seu oitavo mandato consecutivo. Na Câmara desde 1979, Sessim já passou por oito partidos diferentes e conhece todo mundo. Promoveu um show à parte, ao chamar os empossados, descontraindo o ambiente da solenidade.

Saudou assim o mineiro Humberto Souto, que foi pelo PFL líder do Governo Collor e afastado do Congresso desde 1999: "Está de volta? Que bom, seja bem-vindo ao seu lar legislativo. É, e agora está no PPS..." Para o deputado tucano

Bonifácio de Andrada — ex-UDN, ARENA, PDS e PTB -, que como ele se reeleger há 28 anos, atirou: "De novo por aqui? Vossa Excelência não me larga, só que na corrida partidária estou na frente, são 8 x 5. É um prazer continuar a ter Vossa Excelência como colega".

Embora o ambiente fosse de festa, no ombro daqueles 513 deputados e 81 senadores, o peso do clamor da sociedade que votou em mais emprego, em mais saúde, em mais educação, e, sobretudo, em mais respeito. Afinal, a legislatura passada bateu recorde de escândalos.

RECORDE DE ESCÂNDALOS

A 52ª legislatura, que se encerrou com a posse dos novos parlamentares, deixou como seu maior legado, o número recorde de parlamentares investigados por suspeitas de crime. Nada mais, nada menos do que 20% do Congresso - pouco mais de uma centena - está sob investigação do Ministério Público Federal ou responde a processo criminal no Supremo Tribunal Federal (STF). Nas duas legislaturas anteriores, o MP requereu inquéritos contra 32 parlamentares e pediu processo judicial contra 10.

Mas qual a causa deste crescimento? Somando apenas os escândalos dos sanguessugas e do mensalão, 91 deputados e senadores foram investigados. Um avanço democrático? Nem tanto. Mesmo com tantos casos, apenas 4 dos parlamentares acabaram cassados e 6 renunciaram para escapar de

possíveis punições.

Apesar da maior parte das investigações ter terminado em pizza, veio das urnas o castigo. Desde a eleição de 1994, que se seguiu após o escândalo dos anões do Orçamento, não se registrou um índice de renovação na Câmara tão alto.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), dos 513 deputados federais da legislatura que se encerra, 433 disputaram uma nova vaga. Foram reeleitos 269 (um índice de 52%).

Em 2006, duzentos e quarenta e quatro novos deputados entraram para a casa elevando o índice de renovação para 47%. Um índice que só perde para a legislatura de 1994, quando alcançou 54%. Em 2002, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito pela primeira vez, o índice de renovação foi de 46%. Em 1998, na reeleição de Fernando Henrique Cardoso, atingiu 43%.

Os números apontam que a maior punição aos parlamentares envolvidos com escândalos políticos não veio das intermináveis CPIS ou das votações para cassar alguns mandatos, mas das urnas. Dos 92 deputados acusados de participação no mensalão e nos sanguessugas, 63 concorreram à reeleição. Desse total, apenas 12 voltaram ao Congresso.

Para o cientista político Júlio César de Oliveira, esse resultado indica um aprimoramento da democracia brasileira. Segundo César, a democracia brasileira sofreu uma espécie de "fratura" com a instauração do regime

militar. "Ainda hoje sentimos os reflexos dessa fratura que engessou o Brasil nos mais diversos campos". Para o cientista, o bolo do crescimento proposto pelos generais usou o fermento da desigualdade. "A cada eleição, a população brasileira vai se recuperando desse choque e vai lapidando um outro cenário. Ainda vamos levar muitos anos e eleições para chegar a um estágio próximo do ideal. Mas estamos caminhando para isso".

TRABALHO E MAIS TRABALHO

Os deputados e senadores que iniciaram a 53ª legislatura terão uma intensa pauta de matérias importantes para serem avaliadas e votadas neste ano. Mas engana-se quem pensar que são matérias novas. A discussão da maioria dos itens que devem entrar na pauta neste ano já foi iniciada. E algumas iniciadas há muito tempo, como é o caso da PEC que trata do trabalho escravo, que está em discussão há mais de dez anos.

À primeira vista e aos primeiros discursos, alguns temas assumem caráter de urgência, como reforma política, reforma tributária, fim do voto secreto nas votações do Congresso, criação da Super-Receita (que ainda necessita de uma nova votação na Câmara), a reforma do Judiciário, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial (que institui cotas para índios e negros), o teto salarial para os três poderes e também o salário dos deputados e senadores.

Durante seu discurso de

posse, no dia 1º de janeiro de 2007, o presidente Lula falou da importância de o Congresso Nacional discutir e votar a reforma política o quanto antes. O Senado já aprovou parte dela, assim como algumas comissões da Câmara aprovaram mudanças na matéria incluindo o voto em lista fechada, o financiamento público de campanha, dispositivos sobre fidelidade partidária e a criação das federações partidárias.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a reforma política precisa ser profunda. "Tem que ser profunda, porque o que morreu no Brasil não foi a ética, foi o sistema político que apodreceu", frisou o senador reeleito para a presidência da Casa que renovou 27 de seus 81 senadores.

"Temos que fazer a reforma política, a reforma tributária, discutir a questão dos gastos públicos, da diminuição das despesas e preparar o país para o futuro e para o crescimento". Essa é a opinião do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que considera como principal desafio do Congresso em 2007 votar as reformas estruturais para ajudar o Brasil a crescer.

A nova legislatura mal começou e a agenda do Congresso já é motivo de piada. Os novos deputados tomaram posse já com a pauta de votações trancada por uma medida provisória, a MP 342, que define um teto de renúncia fiscal para investimento no esporte. Como se o Brasil pudesse esperar, só depois de votar essa matéria poderão ser apreciadas as outras.

Servidores se organizam para promover mudanças no PAC

Entidades de defesa dos servidores públicos, como a Fenajufe e o Sindjus estão se preparando para participar de reuniões com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e demais representantes do Executivo para pedir que o governo volte atrás no item da proposta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que restringe reajustes salariais pelos próximos dez anos.

A idéia do governo é fazer com que – com a entrada em ação do PAC - a folha de pagamento passe a ser corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com

mais 1,5% de aumento real. Mas os representantes dos servidores argumentam que, dessa forma, serão agravadas ainda mais as distorções salariais no serviço público, sem falar no comprometimento dos serviços oferecidos à população.

Roberto Policarpo, coordenador-geral da Fenajufe e do Sindjus, afirmou que se as entidades não conseguirem um recuo do Executivo no projeto, tentarão conversar com os parlamentares para ver, entre eles, a possibilidade da proposta ser retirada no Congresso. “A vitória dos servidores do Judiciário e do MPU com os PCs foram apenas para reposição de perdas passadas”, enfatizou Policarpo, ao explicar que vai ficar difícil para os servidores do setor receber um salário mediante estas regras. Conforme a visão do Sindjus, a ampliação dos serviços ficará impossibilitada, uma vez que vão faltar recursos para concursos públicos. E, por estes mesmos motivos, vão ficar comprometidas, também, as atividades de controle e fiscalização.

PLANO DE QUÊ?

Plano de Metas. Plano Cruzado. Plano Brasil Novo. Plano Real. Pacote 51. Se

O presidente da CUT, Artur Henrique: a entidade realizou seminário para discutir o PAC.

você, leitor, fazer um esforço, irá se lembrar de uma enormidade de planos econômicos que tentaram impulsar o crescimento do Brasil.

É para uma sociedade calejada no assunto “planos econômicos” que o governo Lula apresenta o Programa o PAC. Ele nasce para ser a menina dos olhos do segundo mandato de Lula. Um mandato focado no crescimento econômico.

O programa é um esforço do governo para ver o país crescendo. Mas nem só de esforço precisa o PAC. A possibilidade de milagre econômico já foi descartada até pelo presidente Lula. Então, alguém vai ter que arcar com os prejuízos do sucesso alheio.

QUEM PAGARÁ A CONTA?

No Plano Real, a conta foi para a classe média. E agora, quem pagará a conta do PAC? Ao que tudo indica,

os servidores públicos.

O pacote prevê a criação de um teto para os reajustes dos trabalhadores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Até 2016, a elevação da folha de pagamento da União estará limitada ao aumento de 1,5%, além da inflação medida no ano anterior pelo (IPCA).

Mas, cada categoria vai ficar engessada ao aumento de 1,5%? A matemática não é essa. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, explicou que o teto de 1,5% além da inflação, que será usado na correção dos salários do funcionalismo público, será aplicado sobre a folha total de pagamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e não em cada categoria.

Segundo José Milton Costa, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), as greves ocorridas nos últimos anos devem ganhar força Para o



secretário-geral, o governo deveria tratar o serviço público como investimento e não como gasto. “O que precisa ficar claro é que não somos os vilões que impedem o crescimento econômico do país. O governo deveria primeiro corrigir as distorções que existem no setor público antes de elaborar esse plano”, contestou.

Atenta às mudanças, a CUT realizou um seminário para discutir os efeitos do PAC. Como resultado, criticou a ausência de metas concretas de geração de emprego e condenou, com firmeza, a proposta embutida no plano que fixa o reajuste dos servidores em apenas 1,5%, além da inflação, até 2016.

“As medidas apresen-

tadas vão impulsionar o crescimento, embora ainda seja difícil prever em que medida. Porém, não há nenhuma garantia, sem a adoção de metas de emprego, de que serão criados postos de trabalho decentes”, criticou Artur Henrique, presidente da CUT.

Para a CUT, o reajuste dos servidores públicos ja-

mais deveria ser objeto de um pacote governamental. “Existe uma mesa de negociação permanente, construída com muito esforço, que deveria ter sido consultada”, reagiu Artur Henrique.

FGTS EM RISCO

Outro item que deverá causar controvérsias é o que define o uso do FGTS em projetos de infra-estrutura. A decisão polêmica uniu entidades ligadas ao governo à oposição. A CUT anunciou que apóia a proposta, mas com ressalvas. A principal delas é a inclusão no plano de uma remuneração mínima dos recursos do FGTS investidos para que não haja risco para quem tem conta no fundo.

Como o PAC não dá qualquer garantia de rentabilidade para o FGTS, o trabalhador realmente pode perder os seus recursos.

Mesmo portando um discurso mais técnico, a Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), engrossou a lista. “O peso do servidor público vem caindo em relação à arrecadação do governo. Não se justifica você impor esse limitador como se o servidor fosse o vilão da economia”, declarou Carlos André Soares Nogueira, presidente da Unafisco.

Um estudo promovido pela entidade demonstra que em 1995 o gasto da folha de pagamento da União representava 56% da receita corrente líquida. Em 2004, esse gasto caiu para 30%. Para ele, a proposta do governo irá coibir novos concursos públicos e, com isso, não será possível melhorar o atendimento à população.

“Existe uma mesa de negociação permanente, construída com muito esforço, que deveria ter sido consultada”

Conquistamos o PCS. Na sua opinião, qual deve ser a próxima batalha?

Os primeiros meses do ano são de planejamento e boas perspectivas para todos nós, que começamos 2007 com a vitória dos PCS. Mas, ao mesmo tempo, o momento é de retomada das lutas pela melhoria da qualidade de trabalho e valorização da carreira dos servidores do Judiciário e do MPU. Sabemos que foi com muita perseverança que conseguimos conquistar os projetos dos planos de cargos e salários, mas também

temos consciência de que há muito por fazer em cada tribunal e cada órgão do Ministério Público.

Por conta disso, o Sindjus foi perguntar desta vez quais os pontos que os servidores consideram prioritários para serem defendidos, daqui por diante. Ouviu as mais diversas respostas - que mostram o quanto ainda precisa ser pleiteado e reivindicado. Desde a luta pela troca de equipamentos e reforma de móveis nos

tribunais e órgãos, de forma a permitir melhores condições de trabalho (e, ao mesmo tempo, melhor prestação de serviço jurisdicional à população) a uma maior atenção para regulamentação dos PCSs e para o recebimento dos quintos.

Houve, ainda, quem levantou a necessidade de se fiscalizar cada vez mais o uso de cargos comissionados nos tribunais por pessoas que não pertencem à carreira,

para que não se exceda o percentual estabelecido no PCS. E quem destacou a necessidade de uma atenção especial à educação, à saúde e ao aprimoramento profissional. Questões que mostram o quanto o sindicato é importante na defesa dos direitos dos servidores e o quanto ainda há para ser pleiteado junto às administrações dos tribunais e órgãos do MPU, conforme pode ser visto a seguir:



Marta Lígia de Freitas Vieira, analista da PGR/MPF

Precisamos, agora, regulamentar o PCS de forma que seja mais benéfico para os servidores e, em especial, para os analistas periciais, no que diz respeito à gratificação de perícia. Também é importante a definição do horário de trabalho, objetivando fazer com que o nosso seja o mesmo do Judiciário.



Valdelice Nunes Santana Vieira, técnica do STM

É importante lutarmos, daqui por diante, para estimular a educação entre os servidores, para que os tribunais possam proporcionar algum tipo de ajuda aos que têm nível médio e querem fazer uma universidade. Outro ponto importante é lutar para reduzir a quantidade de pessoas requisitadas de outros tribunais, que tiram as gratificações dos servidores da casa.



Carlos Roberto Miranda, analista do TJDF

Acho que poderíamos batalhar pela qualidade dos serviços nos cartórios. Talvez, pressionar a presidência dos tribunais para substituir móveis e equipamentos que estejam quebrados e obsoletos. Seria interessante, também, se lutássemos para modernizar todos os cartórios jurídicos.



Nair Lucinda Bonates, técnica do TRF

Ao meu ver, a próxima batalha precisa ser pelo pagamento da diferença dos 11 e dos quintos, porque são direitos já garantidos pelos servidores.



Edna Lúcia Nogueira, técnica do TJDF

Acho que poderíamos começar a trabalhar para fazer com que os servidores sejam estimulados a almejar novos cargos por meio de concurso público. Hoje em dia não existe mais o concurso interno, então minha sugestão é que possamos trabalhar para a criação de um sistema de cotas para os servidores durante os concursos para os órgãos e tribunais onde eles já trabalham. Seria um estímulo para muitos servidores que são técnicos em seus locais de trabalho mas possuem curso superior.



Carlos Roberto de Souza Ferreira, técnico do STM

A próxima batalha deve ser para estimular ainda mais quem é técnico e tem nível superior, seja com gratificações ou algum outro tipo de apoio, deixando o pessoal do Judiciário em situação semelhante aos servidores do MPU, que ao meu ver são mais valorizados. Esta é uma bandeira antiga, levantada por todos nós. Além disso, devemos sempre lutar por algo melhor em prol da valorização das nossas carreiras.



Rosângela Moreno Silva, técnica do TSE

Poderíamos começar a trabalhar para melhorar a situação dos servidores do nível médio em todos os aspectos. Não só em termos financeiros, mas também em relação a gratificações e a uma maior valorização desse pessoal.



Felício de Sena Santiago, analista do STF

A próxima batalha deve ser no sentido de valorização do servidor. Resta aos administradores tomar atitudes internas que levem ao reconhecimento e que ofereçam oportunidades aos servidores dos quadros de pessoal de cada tribunal.



Eleuza Ferreira, técnica do STM

A próxima batalha precisa ser pela gratificação dos servidores, porque existem pessoas, como eu, que têm quase 25 anos de tribunal e nunca ganharam uma gratificação na vida, nem sequer de R\$ 100. Isso é frustrante porque muitas pessoas requisitadas que aqui chegam a recebem.



Irinaldo da Cunha, técnico do TSE

Creio que nossa luta precisa ser pelo plano de saúde, porque essa tem sido a preocupação dos servidores de um modo geral. Saúde é uma área importante para todos e as operadoras estão dominando o mercado e ditando as normas da forma que querem. Só a categoria unida poderá garantir um plano de saúde realmente bom para os servidores.



Tatiana do Vale Rosa, analista do TJDF

Precisamos lutar pela valorização da carreira ainda mais, para que os tribunais passem a estimular cursos e a investir mesmo nos servidores, inclusive reformulando a estrutura física de cada setor.



João Vicente Alencar, técnico do STM

Seria importante lutarmos pelos 15% de aumento que foram estendidos para a Câmara e o TCU. Deveríamos levantar essa bandeira da questão da equiparação salarial entre os servidores.

Judiciário e MPU deixam a desejar nas ações de combate a crimes ambientais

Embora o papel da sociedade na qualidade da água precise ser cada vez maior, são constantes os desastres ambientais envolvendo produtos altamente tóxicos como mercúrio, cromo, benzeno, xileno, níquel ou alumínio. Infelizmente, as atuações do Judiciário e do Ministério Público têm sido bastante tímidas em relação

a estes crimes e, em consequência, insuficientes para combater o problema, que envergonha o Brasil como um todo — país com maior reserva de água doce do mundo.

Os exemplos são os mais variados. De outubro a dezembro de 2006, por exemplo, seguidos. De outubro a dezembro de 2006, seguidos crimes ambientais levaram à

morte toneladas de peixes no Rio dos Sinos, um dos principais rios da região metropolitana do Rio Grande do Sul. Só em outubro do ano passado, o rio teve uma baixa de 86 toneladas de peixe. A impunidade imperou e os peixes continuaram morrendo por falta de oxigênio causada pela poluição. Até o final do ano, as baixas do rio beiravam 100 toneladas.

Em janeiro de 2007, a mineradora Rio Pomba, que pertence à empresa Cataguazes e opera no município mineiro de Miraf, deixou vaziar dois milhões de metros cúbicos de lama de bauxita, provocando um novo desastre ambiental no Rio Muriaé. O desastre atingiu municípios es-

tendidos da Zona da Mata mineira até o noroeste do Rio de Janeiro, tornou a água imprópria para o consumo humano e comprometeu a agricultura e a pesca. Em um balanço da tragédia, 150 mil pessoas foram atingidas, seja ficando desabrigadas, desalojadas ou sofrendo com a falta de abastecimento de água em suas casas.

DE QUEM É A CULPA?

Em um jogo de empurra deplorável praticado entre empresários e autoridades públicas do Rio Grande do Sul, chegou-se a cogitar que a culpa pela tragédia era da piracema, das chuvas, do aquecimento global...

No entanto, a atuação fiscalizadora da Fepam atuou

seis indústrias da região por irregularidades no tratamento de seu "esgoto". Três delas tiveram seus nomes divulgados. Utresa (do ramo de tratamento de resíduos), Gelita do Brasil (da área alimentícia) e Três Portos (do segmento de papel). Outras três, por liminar judicial, não tiveram seus nomes estampados nas páginas dos jornais.

Além do valor das multas chegarem a R\$1,2 milhões, no dia 28 de novembro, o Ministério Público de Estância Velha ajuizou uma ação civil pública contra a empresa Utresa, que trabalha com tratamento de resíduos industriais dos setores coureiro-calçadista, de alimentação, celulose e metalurgia, acusando-a de ter contribuído decisivamente para a tragédia ambiental no rio dos Sinos.

Atendendo solicitação do Ministério Público, a Justiça decretou a prisão do engenheiro químico e empresário Luiz Ruppenthal. Segundo a investigação feita pelo MP, a unidade da empresa em Estância Velha lançou produtos tóxicos, como mercúrio, cromo, benzeno e xileno, diretamente em arroios que deságuam no rio dos Sinos. O empresário permanece

foragido e o MP nomeou um interventor na empresa.

Mas essas medidas judiciais e as medidas adotadas pelas autoridades ambientais do RS não foram capazes de solucionar o problema. Resultado: A mortandade de peixes continuou.

O enfraquecimento da capacidade fiscalizadora dos órgãos ambientais do Estado é outro fator que contribuiu para o agravamento do problema. Durante o governo Germano Rigotto (PMDB), houve uma redução do número de fiscais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema). Hoje, o Departamento de Controle da secretaria tem cerca de 100 técnicos para fiscalizar todo o Estado. A Fepam, por sua vez, tem cerca de 250 servidores no total.

Segundo funcionários destes órgãos, os laboratórios de monitoramento estão sucateados, inviabilizando uma série de análises que garantiriam provas técnicas para investigar problemas de poluição e apoiar a fiscalização nas indústrias e outras fontes de poluição. Os funcionários da Sema ficaram dois anos sem qualquer reajuste salarial e chegaram a paralisar por dois

meses a emissão de licenças ambientais em protesto contra essa situação.

Enquanto isso, o Ministério Público de Minas Gerais propôs um termo de ajustamento de conduta (TAC) à Mineração Rio Pomba Cataguazes. O objetivo é fazer com que a empresa atenda todas as demandas da Defesa Civil relativas ao acidente e aos desabrigados. A ação contribuiu para a impunidade. No episódio anterior, quando foram despejados 400 milhões de litros de lama, também se acertou um TAC com as autoridades, comprometendo-se a reforçar a barragem.

Em uma atitude mais rígida, no dia 11 de janeiro, o governo de Minas Gerais anunciou que multará a mineradora em R\$ 75 milhões. Parte da multa será convertida para a proteção do meio ambiente e em indenização a comunidade. Além da multa, o governo mineiro interditou definitivamente a Rio Pomba Cataguazes no mesmo dia do acidente (10 de janeiro).

QUAL A SAÍDA

Mas o que leva a uma situação dessas? O crescimento a qualquer custo? O capitalis-

mo? A falta de consciência? No final de 2006, declarações infelizes do presidente Lula e da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, colocaram as questões ambientais como entraves para o desenvolvimento.

Essas declarações motivaram uma pesquisa da ONG WWF, onde foi reconhecido que oitenta por cento dos brasileiros não estão dispostos a conviver com uma maior degradação ambiental em prol do desenvolvimento econômico.

"De todos os fatores listados como possíveis entraves ao desenvolvimento, a questão ambiental aparece em último lugar com apenas 7%", diz o superintendente da WWF Scaramuzza, um dos responsáveis pela pesquisa. A corrupção ficou em primeiro lugar com 62% das respostas, seguida pela carga tributária, com 44%, e burocracia, 22%.

A saída, dita pela população, está em harmonizar o desenvolvimento com a gestão dos recursos naturais. Mas para isso, no entanto, é preciso que crime ambiental não seja apenas uma expressão nos textos dos ecologistas, mas que seja causa de ações mais duras da justiça brasileira.



Amazônia, de Galvez à impunidade

Quem se aventura a ficar acordado na companhia da Rede Globo pode desfrutar de uma produção de vinte milhões de reais, onde, em plena selva amazônica, Giovanna Antonelli, na pele de Deuzuite, nada ao lado de botos cor-de-rosa. Mas a floresta tende a deixar nossa telinha quando Chico Mendes entrar em cena. O próprio nome já confessa: Amazônia, de Galvez a Chico Mendes. Assim, Glória Perez não vai mostrar uma Amazônia que já teve quase 20% de seu território devastado pelo homem; onde a poluição por mercúrio desbrava rios; onde cartórios atuam a serviço de grileiros; onde meninas se prostituem para sustentar suas famílias; onde a escravidão ainda é comum; onde impera a lei da bala; onde crianças morrem comidas por vermes, giárdia, protozoários e malária; onde estrangeiros tem trânsito livre; onde se trafica animais, essências e diamantes e a impunidade se prolifera num ritmo avassalador. Mesmo com toda dose de ficção à moda de Glória Perez, a minissérie deveria ser estendida para mostrar mais dessa Amazônia, que por mais que seja discutida mundialmente, continua desconhecida para a maioria dos brasileiros.

De Galvez a Irmã Dorothy

Chico Mendes não foi a última vítima da impunidade reinante na Amazônia. Manhã

de 12 de fevereiro de 2005. A freira norte-americana irmã Dorothy Stang tenta salvar um remoto trecho de mata conhecido como Lote 55. A irmã encontra dois homens semeadando capim e os repreende dizendo que eles não tinham o direito de transformar em pastagem uma terra que não era deles. Perguntada se não gostava de comer carne, ela responde que não o bastante a ponto de destruir a floresta. Um dos homens leva a mão ao revolver. Ela tira a Bíblia de sua sacola e lê: "Bem aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois serão satisfeitos". Quando ela dá as costas, Rayfran das Neves Sales ergue o braço e descarrega seu revólver na mulher que dedicou sua vida ao ideal de uma agricultura familiar capaz de permitir a subsistência sem devastar a floresta.

De Galvez a Blairo Maggi

Outra história que não estará na minissérie é a de Blairo Maggi, conhecido como "o rei da soja". Nas mãos do maior produtor mundial da leguminosa, mais de 400 mil hectares amazônicos. Mas o rei da soja ganhou outro título, em 2005: o Motoserra de Ouro, concedido pelo Greenpeace. Também pudera, o Mato Grosso foi o campeão de desmatamento no Brasil pelo terceiro ano seguido, bem no período em que Maggi ocupou o palácio do governo. O curioso é que a

ascensão econômica de Blairo Maggi foi concomitante à aceleração do desmatamento no Brasil.

De Galvez a Simão Jatene

O Pará, do então governador Simão Jatene (PSDB), também não foi bem cotado nos relatórios de 2001, 2003 e 2006 do Greenpeace. Alerta vermelho para o avanço descontrolado da indústria madeireira, da pecuária, da soja, da injustiça social e da violência na disputa pela terra. Mas um mês antes de passar o governo à senadora Ana Júlia, do PT, Jatene resolveu mudar sua imagem criando, segundo ele, "a maior área de preservação do mundo", com cerca de 15 milhões de hectares. Aplausos? Não. Do total das áreas criadas pelo governador, 56% são destinados à exploração de madeira e outros produtos florestais; 36% são áreas de preservação integral e 11% são destinados ao ordenamento territorial de uma agressiva frente de expansão predatória e ilegal de fazendeiros e madeireiros. Ou seja, ele criou "áreas protegidas" para a exploração de madeira, para a criação de gado e para o desenvolvimento da agricultura. No fechar das contas, a indústria madeireira ficou com 7,8 milhões de hectares, um latifúndio maior que a soma dos estados do Rio de Janeiro, de Alagoas e do Distrito Federal.

De Galvez a C.R. Almeida

Somem o território da Bélgica com o da Holanda. Esse é o tamanho da maior grilagem de terras públicas do Brasil localizada na chamada "Terra do Meio", município de Altamira, região oeste do Pará. A fazenda Curuá, registrada em nome da empresa Incenxil, pertencente ao grupo Cecílio do Rego Almeida, tem 4,7 milhões de hectares. Com base no laudo da Polícia Federal, que deixou claro a fraude na documentação, o juiz Fabiano Verli, da Justiça federal em Santarém, concedeu liminar à ação do Ministério Público Federal para bloquear o título de posse da Fazenda Curuá. Na sentença, o juiz Fabiano Verli determina que "Em vista da histórica fraude, a União poderá ser obrigada a de-

sapropriar imóvel que já lhe pertence. E, em se tratando de uma área de milhões de hectares, ocasionará um vultoso prejuízo para os cofres públicos". Parece piada, mas o maior latifundiário do Brasil dá prejuízo mesmo quando denunciado.

De Galvez a 95 mil quilômetros de estradas ilegais

Pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) utilizando imagens do Satélite Landsat mapearam 105.544 Km de estradas construídas na Amazônia. Os estudos de monitoramento identificaram 95.355 Km de estradas ilegais abertas, em terras públicas, geralmente por agentes privados. Somente no estado do Pará - Amazônia Oriental, o Imazon identificou 61.978 Km de estradas ilegais, construídas quase sempre para atividades ilícitas. A extensão total dessas estradas "construídas" corresponde a 27 viagens de Belém a Porto Alegre no extremo sul do País. E tudo isso porque só foram mapeadas 28% da área da

Amazônia Legal.

De Galvez à inadimplência

A administração atual de Lula (em âmbito nacional) e Eduardo Braga (no contexto estadual), aplicaram o total de 5,7 mil autos por ano no último mandato, de 2003 a outubro de 2006. O montante representa 1,1 mil autos por ano a mais que na época dos governos de FHC e Amazonino Mendes, de acordo com dados do Ibama. Em agosto de 2005, um decreto aumentou de R\$ 1 mil para R\$ 5 mil o valor da multa por hectare desmatado ilegalmente. Assim, até outubro de 2006, o Ibama chegou a marca de R\$ 2,8 bilhões em multas por crimes ambientais em toda a Amazônia. Mas segundo o levantamento divulgado pelo Instituto Socioambiental (ISA), menos de 10% das multas por crimes ambientais vêm sendo pagas. Além disso, a multa paralisa o desmatamento na área em que ocorre o crime ambiental, mas a própria área continua sendo usada pelos infratores, sem que seja feita uma desapropriação na forma da lei. Não há o confisco das máquinas e equipamentos manuais usados nessas derrubadas. Em geral, os equipamentos utilizados na atividade também não são apreendidos. A impunidade acaba estimulando novas derrubadas e diminui o impacto do trabalho dos fiscais do Ibama.

priação na forma da lei. Não há o confisco das máquinas e equipamentos manuais usados nessas derrubadas. Em geral, os equipamentos utilizados na atividade também não são apreendidos. A impunidade acaba estimulando novas derrubadas e diminui o impacto do trabalho dos fiscais do Ibama.

De Galvez à privatização

A idéia de privatização da floresta amazônica voltou a provocar polêmica no ano passado. No dia 4 de outubro de 2006, durante a 2ª Reunião Ministerial sobre Mudança do Clima, Energia Limpa e Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no México, o secretário britânico de meio ambiente, David Miliband, precisou divulgar uma nota esclarecendo que o Governo do Reino Unido não tem interesse em apoiar ou promover a compra da floresta. Isso porque diversos jornais publicaram que o secretário teria divulgado um plano para transformar a Amazônia em uma grande área privada, a ser administrada por um consórcio internacional. Acreditar

em quem e no quê?

De Galvez à florestania

Cidadania vem de cidade. Florestania de floresta. O termo criado pelo governo petista do acre devia ser o mote final dessa minissérie que poderia ser transformada em novela. Ao longo dos últimos 40 anos, quase 20% da floresta amazônica foi derrubada - mais que em todos os 450 anos anteriores de colonização do país. Os cientistas temem que outros 20% das árvores sejam eliminados nas próximas duas décadas. Será o início do colapso ecológico da floresta. Além de políticas que impeçam o desmatamento é preciso implementar políticas que desenvolvam a cidadania nos povos da floresta mediante investimentos do estado em termos de educação, saúde, lazer e de formas de produção extrativista, respeitando a floresta. Floresta e ser humano precisam viver em um pacto sócio-ecológico, onde a floresta passe a ser um novo cidadão, respeitado em seus direitos. Cabe a justiça brasileira estabelecer e zelar por esses direitos.



TUDO PRONTO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º CONGREJUFE, EM GRAMADO (RS)

Os sindicatos vinculados à Fenajufe em todo o país já estão se mobilizando para participar do 6º Congresso Nacional da entidade, o Congrejufe – que este ano se realizará no período entre 28 de março e 1º de abril em Gramado (RS). O encontro, considerado principal evento da categoria, tem a proposta de discutir a conjuntura nacional e internacional, além de avaliar a gestão da Fenajufe e traçar novos rumos para a luta dos servidores do Judiciário e do MPU no país. Além disso, também será revisado o estatuto da entidade e realizada a eleição para nova diretoria executiva e conselho fiscal para a gestão 2007/2010.

Conforme os organizadores, a expectativa é de que este seja o congresso mais representativo dos últimos tempos, uma vez que vários sindicatos se filiaram ou regularizaram sua situação financeira na Fenajufe durante a atual gestão. E, também, devido ao bom resultado das campanhas realizadas pelos sindicatos ao longo de 2006, culminando com a vitória pela aprovação dos PCSs do Judiciário e do MPU.

A esta altura, todos os sindicatos já realizaram a assembléia geral que escolheu os delegados a serem designados para o Congrejufe. A do Sindjus foi realizada no último dia 12.

Fazem parte da pauta do congresso, além da avaliação da conjuntura nacional e internacional, o plano de carreira dos servidores da categoria, o balanço da atuação da Fenajufe com prestação de contas da entidade no período entre maio de 2006 e fevereiro deste ano, alterações estatutárias e regimento eleitoral da federação, bem como o plano de lutas para este ano e as eleições para renovação da diretoria executiva e do conselho fiscal. O Congrejufe também abrirá espaço para apresentação de teses relacionadas aos temas da pauta.